

O BIOMA E O RURBANO

Estudo territorial em zona de transição do sul de Minas Gerais/Brasil

Adriana Gomes do
Nascimento
Mariana Souza
Rafaella Anielly
Paulo Jarbas Cardoso da
Silva
Universidade Federal de São
João Del-Rei

RESUMO | O artigo aborda a relação entre bioma, território e sociedade, destacando a importância, negligenciada, das áreas rurbanizadas e seu papel nas dinâmicas socioespaciais. Utilizando abordagem transdisciplinar e decolonial, no território de transição do sul Mineiro/Brasil, correlaciona-se o processo de ocupação com o planejamento urbano e regional. A pesquisa, desenvolvida, adota uma perspectiva metodológica que considera a ocupação originária de populações humanas, fauna e flora em relação à ruralização e a urbanização, num território de transição de biomas. Revela-se a complexidade das transformações territoriais através de análises, mapeamento físico e digital, visitas a sítios arqueológicos e remanescentes dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. Os resultados evidenciam interações históricas entre invasores europeus, comunidades indígenas e a natureza, contribuindo para a compreensão da ocupação urbana e territorial na região. Essa abordagem desconstrói narrativas dominantes e reconhece a diversidade cultural e paisagística neste contexto.

Palavras-chave: Território, Bioma, Rurbanidade, Decolonialidade.

ABSTRACT | The article discusses the relationship between biome, territory and society, highlighting the neglected importance of rurbanized areas and their role in socio-spatial dynamics. Using a transdisciplinary and decolonial approach, in the transitional territory of southern Minas Gerais/Brazil, the occupation process is correlated with urban and regional planning. The research adopts a methodological perspective that considers the original occupation of human populations, fauna and flora in relation to ruralization and urbanization, in a territory where biomes transition. The complexity of territorial transformations is revealed through analysis, physical and digital mapping, visits to archaeological sites and remnants of the Atlantic Forest and Cerrado biomes. The results show historical interactions between European invaders, indigenous communities and nature, contributing to an understanding of urban and territorial occupation in the region. This approach deconstructs dominant narratives and recognizes the cultural and landscape diversity in this context.

Keywords: Territory, Biome, Rurbanity, Decoloniality.

1. Introdução

Este artigo evidencia o estudo da zona de transição (ecótono) entre biomas em sua relação com as questões arqueológicas, rurais e urbanas e/ou rurbanas, historicamente negligenciadas, sobretudo naquilo que corresponde às proposições e transformações socioespaciais, apesar de ser crucial em termos territoriais (Haesbaert, 2020).

O debate sobre a relação bioma, território e sociedade tem sido orientado segundo os princípios da decolonialidade, auxiliados por abordagem transdisciplinar, relacionando a ocupação humana, de fauna e flora pretérita do território, com o planejamento urbano e regional.

O recorte geográfico da pesquisa é definido por uma porção marcante da fisionomia Campo de Altitude do bioma Cerrado, dentro de área predominantemente ocupada pelo bioma Mata Atlântica, configurando a transição entre biomas (ecótono).

A investigação ocorre nos limites geopolíticos da antiga Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais e atuais Mesorregião Sul / Sudoeste de Minas, Microrregião de Andrelândia e Mesorregião Campos das Vertentes, Microrregião de Lavras e de São João del-Rei. No recorte deste trabalho estão quatro municípios com sítios arqueológicos identificados: São João del-Rei, Carrancas, Andrelândia e Serranos.

Aborda-se a paisagem como palimpsesto (Santos, 1991) e nos termos da *longue durée* de Braudel, (2009) nas seguintes camadas: 1. Geomorfologia; 2. Zona de transição de biomas e fisionomia Campo de Altitude; 3. Ocupações de povos originários e caminhos históricos indígenas; 4. Rurbanidade.

Dentro das abordagens históricas dos processos de ocupação e urbanização territorial as relações entre campo e cidade, urbano e rural ocorrem simultaneamente, implantadas pelos regimes coloniais: eclesiástico, administrativo e jurídico, apropriando-se das localizações privilegiadas para pouso, entreposto e produção (Carvalho, 2015; Nascimento et alii, 2023).

Estas abordagens desconsideram as transformações socioespaciais que ocorreram por intervenções antrópicas, em termos de relações de preservação e cultivo versus destruição e regeneração, relacionadas aos biomas.

As análises territoriais, quando enriquecidas pela inclusão e conhecimentos específicos dos biomas e saberes ancestrais, revelam características físicas do ambiente, também sobre, sazonalidade natural, suas dinâmicas e influências sobre os fatores sociais, econômicos e culturais, evidenciando peculiaridades. Metodologicamente analisa-se relações sobre a multiplicidade de processos, acima apontadas nas quatro camadas, destacando a complexidade das transformações territoriais, corroborando com a argumentação sobre a rurbanidade, ainda que distinta e complementar às abordagens freyrianas (Freyre, 1983).

O fato de a maior parte do território regional ser rural não significa que estas áreas sejam consideradas pelo viés da compatibilidade integrativa. No geral, têm sido consideradas pelo viés da incompatibilidade produtiva, ocorrida na relação entre área rurbanizada, suas características e materialidades relaciona-

das ao bioma. São estas incongruências que abordamos neste trabalho, com foco no debate transdisciplinar do Planejamento Urbano e Regional.

Com a pesquisa localizamos os sítios arqueológicos e as pinturas rupestres, próximos às áreas urbanizadas no período colonial, compreendidas como importantes centralidades pelos povos originários da região. Há uma sequência clara de sítios arqueológicos identificados nas localidades próximas às centralidades urbanas contemporâneas, sobretudo nos casos de São João del-Rei, Carrancas, Andrelândia e Serranos. (Silva, 2023)

Tal sobreposição histórica das centralidades, ocorre também na marcação do caminho originário indígena que posteriormente foi denominado de Caminho Velho. Em estudos anteriores observamos que, muitas das estradas contemporâneas do estado de Minas Gerais, encobrem os caminhos históricos indígenas. (Nascimento et alli, 2023).

Ressaltamos que a região do recorte da pesquisa caracteriza-se como um ecótono, conforme destaca Fellet (2018), abrigando espécies de diferentes biomas e inclusive novas espécies resultantes desse contato. As araucárias, uma das espécies dessa transição, estão presentes tanto na fisionomia de campos de altitude, do bioma Cerrado, como na de floresta ombrófila do bioma Mata Atlântica.

A geomorfologia da região, sua rica biodiversidade por ser um ecótono, sua localização geográfica, seu amplo e profundo conhecimento pelos povos indígenas originários, contribuíram para os assentamentos coloniais de produção agropastoril (Carvalho, 2015). Também pela profusão de caminhos históricos indígenas, ocorreram os deslocamentos de tropas coloniais, exploratórias e comerciais, com objetivos que favoreceram ocultamentos e esquecimentos invisibilizados pelo colonialismo epistemicida (Grosfoguel, 2016).

Entende-se que no período colonial houve a expulsão dos indígenas e a ruralização do território, por privatização de terras, para constituir o sistema produtivo vigente. Isso garantiu o abastecimento das entradas e bandeiras, das centralidades urbanizadas entre as zonas de extração aurífera e o porto de Paraty e, após 1808, a manutenção da Coroa Portuguesa, em sua passagem à sede administrativa no Rio de Janeiro (Carvalho, 2015).

Durante o período Imperial e Republicano a produção agropastoril na região continuou de forma dispersa e diversa. Porém, após a década de 1980 com a implantação da mecanização intensiva e monoculturas extensivas agrava-se, de forma exponencial, os impactos em áreas ainda preservadas do território (Silva, 2023).

2. Debate teórico-metodológico: decolonialidade e territorialidade

O trabalho se estrutura no tripé bioma-território-sociedade, acerca de seus processos de transformações socioespaciais, referenciado também por abordagens transdisciplinares. Historicamente os processos de urbanização são marcados por periodizações que se atém ao período pós-colonial. Nossa abordagem investigativa busca atravessar tempos históricos que antecedem essa periodização.

Geograficamente, a localização das centralidades urbanas aqui é associada aos sítios arqueológicos identificados, mas também a outras bases de dados e ferramentas que auxiliam essa visualização, sobretudo do ponto de vista formal, geomorfológico e outras morfologias como as urbanas e as biológicas. Sobrepor dados patrimoniais e arqueológicos às bases geográficas e biológicas amplia esses entendimentos.

Sociologicamente, a concepção de Estado Plurinacional ao reconhecer a diversidade biológica, cultural e étnica amplia a noção de território para além das fronteiras geopolíticas convencionais, incluindo as críticas às estruturas de poder e conhecimento hegemônicas. Comparativamente, a diversidade étnica do Estado Plurinacional no qual as zonas de transição são enriquecidas pela diversidade cultural, as zonas de fronteira de um bioma, são ricas pela diversidade biológica (Acosta, 2016; Silva, 2023).

A decolonialidade é outra das abordagens assumida, dada a concepção da natureza como sujeito de direitos constitucionais, desafiando abordagens antropocêntricas, fortalecendo paradigmas de interconexão e interdependência entre seres vivos e o ambiente que compartilham (Acosta, 2016; Krenak, 2020; Serres, 1990).

Gudynas (2020), debate a respeito da necessidade das reformulações do espectro das políticas ambientais. Com os processos coloniais são apagadas as relações cosmológicas dos povos originários com o território e os biomas, conforme enfatizam alguns saberes eurocêntricos, os poderes e os seres em subjugação.

Autores do debate colonialidade/modernidade como Edgardo Lander, Quijano e Grosfoguel (2016) e ainda outros, tratam dos epistemicídios, ressaltando a relação histórica da colonização como processo disruptivo e devastador em termos de soberania territorial.

Essa reflexão aparece no debate sociogeográfico de Haesbaert (2020) ao abordar o território a partir do corpo, e do Planejamento Urbano e Regional de Nascimento (2011) ao trazer o território do corpospaçotempo como categoria indissociável entre o ser e o estar.

Filosoficamente, Serres (1990) aponta o Contrato Natural como contraponto ao Contrato Social, nas relações interdependentes entre território, sociedade e natureza, alertando que separar o bioma dos modos de uso e ocupação torna-se um equívoco.

Remontando aos séculos XVIII, tem-se que a base econômica mineira situava-se na região entre a serra da Mantiqueira-MG e a região de Cuiabá-MT. A ocorrência do ouro na região é dispersa em localidades pontuais do território. Dependendo da facilidade da extração, algumas minas rapidamente se escasseiam (Furtado, 2007). A distribuição das ocupações ocorre, por interesses exploratórios e de expropriação territorial, sem se importar e se sobrepondo às pré-existências, quais sejam.

É a partir desta dispersão que os colonizadores estruturaram suas redes de centralidades urbanizadas em localidades pré-coloniais demarcadas pelos sítios arqueológicos e os caminhos históricos indígenas encobertos pelo Camin-

ho Velho, como conexão entre essas áreas. Esse processo carrega dos regimes eclesiásticos, jurídicos e administrativos coloniais a sua lógica, por meio do regime do Padroado, implantando cruzeiros, capelas, igrejas, sesmarias e fazendas (Carvalho, 2015; Fonseca, 2012; Nascimento et alli, 2021; Nascimento et alli, 2023).

A urbanização, ao longo dos séculos, revelou-se como um fenômeno que não apenas dá forma aos espaços físicos, mas também influencia as dinâmicas sociais, culturais e econômicas, no território como um todo. Uma análise crítica desse processo demanda a inclusão da ruralização como um componente significativo e frequentemente negligenciado desse panorama.

Segundo Freyre (1982), os processos de rurbanização devem ser compreendidos como planos de desenvolvimento sócio-econômico, que se entrelaçam e moldam a vida das pessoas. Argumenta ainda que, a rurbanização se caracteriza pela adoção de práticas e costumes tanto urbanos quanto rurais, ocorrendo em ambas as esferas. Esses processos acarretam piores consequências no ambiente rural, já que promovem desequilíbrios ecológicos e ambientais, bem como transformações profundas nos biomas nativos e na estrutura ecológica. Importante ressaltar que, desde o início do processo de interiorização e de expansão da rede rural e urbana colonial, a região estudada foi produtora de agropastoris, inclusive da cana de açúcar (Carvalho, 2015).

A expansão urbana e a conseqüente ocupação de áreas anteriormente cobertas por ecossistemas naturais geraram impactos significativos sobre a biodiversidade e os remanescentes de vegetação nativa. Um exemplo desse impacto é a aceleração do desaparecimento das araucárias, árvores características e historicamente abundantes na área de estudo (Silva, 2023).

Entendemos que a mecanização intensiva e extensiva da agricultura e o uso da tecnologia da comunicação (internet) na zona rural como, urbanização do modo de vida no campo, bem como o plantio de alimento em hortas urbanas ou a reintrodução da flora e fauna nativas como um processo de ruralização e/ou naturalização e prática de um modo de vida rural na cidade (Monte-Mór, 1994; Silva, 2023).

A seguir apresentamos alguns dos procedimentos metodológicos e resultados alcançados com o processo de criação investigativa.

3. Procedimentos metodológicos e resultados: reflexões sobre geomorfologia, biomas, zonas de transição, caminhos e rurbanização histórica

O processo metodológico consistiu em estudo investigativo e experimental de sobreposição de camadas territoriais transdisciplinares para a identificação e análise dos movimentos de rurbanização, seus desafios e oportunidades, compreendendo suas implicações associadas ao contexto regional desta área de transição de biomas.

Foi essencial compreender algumas dinâmicas territoriais preexistentes para a abordagem dos fenômenos que envolvem a sociedade, a natureza e o território, visando a compreensão mais abrangente do espaço, biomas, paisagens, sociedade e suas relações com o tempo.

A investigação envolveu as seguintes cinco etapas: a. observação em campo (visitas a sítio arqueológico do período pré-histórico e remanescentes de fisionomias originárias dos biomas Mata Atlântica e Cerrado); b. levantamento de dados; c. debate teórico; d. elaboração de mapas físicos e digitais; e. análise territorial.

As incursões em campo foram fundamentais para observação *in locu*, proporcionando uma compreensão ampliada dos estudos, baseada no levantamento de dados e consulta de materiais da Cartografia Histórica, e de bases de pesquisa como o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), Atlas do Instituto Prístico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE-SISEMA).

Consubstanciada pelo debate teórico, a produção de mapas georreferenciados produzidos pelo software livre QGis, contribuiu para as análises sobre o território no contexto do planejamento urbano e regional. No recorte espacial analisado a geomorfologia apresenta altitudes médias acima dos 900 metros, com predominância do bioma Mata Atlântica, com características que propiciaram o estabelecimento da fisionomia Campo de Altitude, pertencente ao bioma Cerrado, configurando um enclave na zona de transição (ecótono) destes biomas.

A região sofreu grandes impactos desde a chegada dos colonizadores. Os processos simbióticos com o bioma, de preservação e cultivo dos povos originários (Contrato Natural) foram sendo substituídos por destruição e produção dos colonizadores (Contrato Social), restando apenas, aproximadamente 30% das fisionomias originárias relativas aos biomas Cerrado e Mata Atlântica (Silva, 2023; Serres, 1990; Scolforo, Carvalho e Oliveira, 2008).

Até a década de 1980, a fisionomia Campos de Altitude, marcada pela profusão de capins e outras plantas de pequeno porte, havia sido relativamente preservada, porém a partir daquele período começou a ser intensa e extensivamente explorada.

Os campos de capins endógenos diversos foram gradativamente sendo substituídos por capins exóticos: capim gordura (*Melinis multiflora*) e capim braquiária (*Brachiaria decumbens*), as matas foram suprimidas e sua madeira transformada em carvão, o terreno agora livre da vegetação suprimida, tornou-se área de pastagens e/ou de plantios de eucalipto (*Eucalyptus* vários gêneros, árvore exótica, proveniente da Austrália) e Pinus (*Pinus elliotii* - procedente dos Estados Unidos e Canadá).

Essas culturas trazidas pelo processo de ruralização do território são exóticas e monoculturais, algumas apresentam comportamento invasor. Este processo configurou-se como um ataque violento à biodiversidade da região. Somente foram preservadas as matas ciliares e de galerias. Talvez essa seja a razão pela qual as araucárias não foram completamente extintas no território estudado, pois a preferência delas é ocupar áreas mais úmidas, como as beiras de córregos (Silva, 2023).

A distribuição dos povos que habitavam as diferentes regiões do atual estado de Minas Gerais, cujas centralidades estão relacionadas à localização dos sítios arqueológicos, se conectavam por uma rede de caminhos originários (Figura 1).

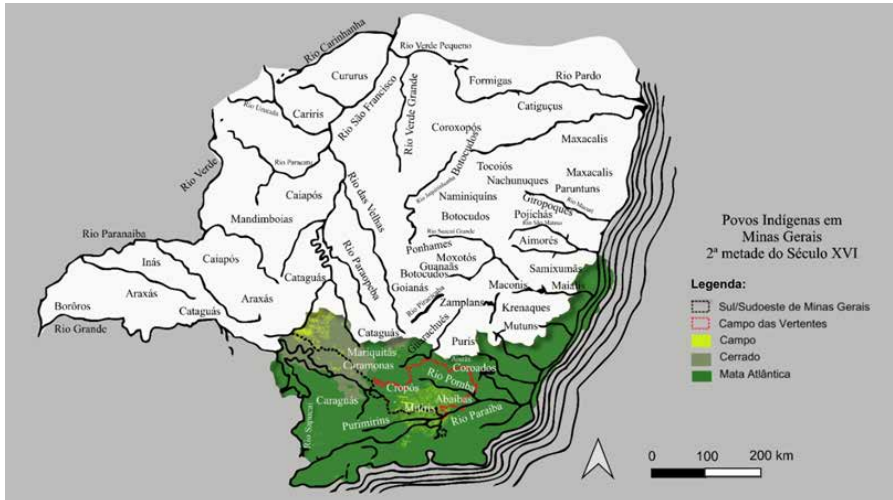


Figura 1: Distribuição geográfica originária das etnias indígenas no Estado de Minas Gerais antes da invasão portuguesa. Fonte: DUARTE, 2016. Imagem adaptada pelos autores.

Tais caminhos usurpados pelos colonizadores serviram aos propósitos de interiorização e expansão no território mineiro no período aurífero, sendo que as centralidades antes ocupadas pelos indígenas foram gradativamente urbanizadas e seus termos ruralizados (Carvalho, 2015, Nascimento et alli, 2022).

A rápida expansão urbana e a ausência de proteção legal de diferentes áreas tem levado à eliminação patrimonial arqueológica e de ecossistemas inteiros e à substituição por espaços construídos e/ou cultivados, em termos de vegetação, em pastagens e monoculturas.

Entre os quatro municípios selecionados, existe apenas um sítio arqueológico identificado e registrado que abriga diversas pinturas rupestres e servem como testemunhos silenciosos da conexão territorial milenar entre os seres humanos e a natureza da região. Tais sítios são evidências da ocupação ancestral e sugerem a presença, de não apenas um, mas de diversos povos originários, conforme pode ser observado no mapa (Figura 1)

Nesse contexto, fica evidente que a natureza e a cultura são frequentemente relegadas à posição secundária nos processos urbanos, sendo vistas principalmente como um recurso a ser explorado em benefício humano, em vez de ser reconhecida como uma parte essencial e interdependente do sistema global da vida.

A presença de um enclave da fisionomia Campo de Altitude do bioma Cerrado no bioma Mata Atlântica fica evidenciada na (Figura 2) como uma região bem delimitada, relacionada com a área recorte do estudo, inicialmente pela presença de sítios arqueológicos e posteriormente, no período colonial, como região produtora agropastoril.

4. Considerações finais

A abordagem multidimensional e transdisciplinar busca problematizar o debate do uso e ocupação do território e conciliar visões em distintas áreas do conhecimento.

Estas abordagens, pautadas sob os princípios da decolonialidade, permitem uma visão contemporânea da identidade cultural e ambiental do território estudado, fornecendo arcabouço para futuras pesquisas, análises e propostas.

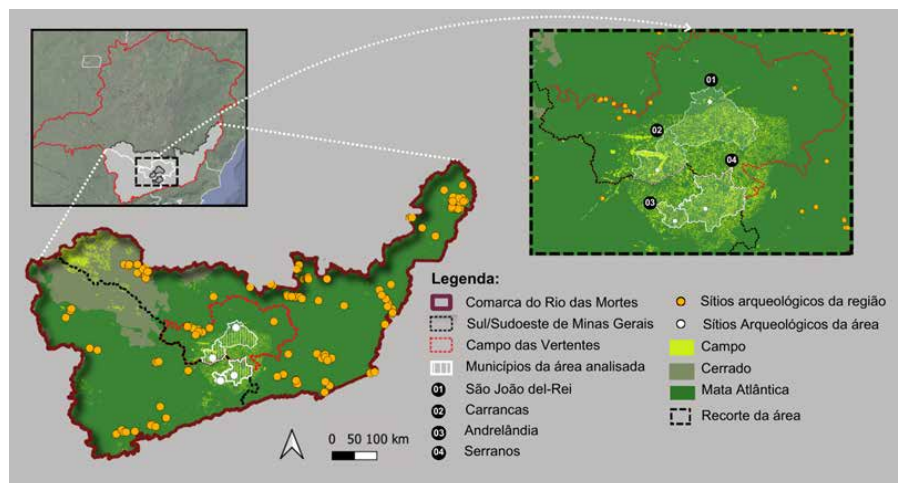


Figura 2: Delimitação da área de estudo destacando os sítios arqueológicos presentes na Comarca do Rio das Mortes, a classificação dos compartimentos de relevo e o bioma da Mata Atlântica. DATUM: SIRGAS 2000. Bases cartográficas: IBGE, 2021; IDE-SISEMA, 2020; IPHAN, 2020. Adaptações dos autores/A.T.A.-UFSJ.

Contribuem ainda de modo robusto a respeito dos fenômenos políticos, sociológicos, morfológicos e biológicos da ocupação territorial.

As transformações de uso e ocupação do território evoluíram de um processo integrativo e de cultivo pré-colonial para um destrutivo e produtivo colonial, caracterizando uma visão eurocêntrica utilitarista e predatória, que de forma hierárquica relega a natureza a um segundo plano.

Os paradigmas coloniais têm consequências devastadoras para a biodiversidade e o solo, alterando assim, os ecossistemas naturais. Com relação aos epistemicídios ocorridos durante o processo de colonização que suprimem conhecimentos e visões de mundo dos povos originários, impondo a destruição de saberes sobre a natureza e suas formas de preservação, vêm culminando em um processo de silenciamento e invisibilização destas culturas.

O processo colonial amparado pela tríade eclesiástica, jurídica e administrativa forma as bases da política governamental no Brasil, definindo políticas territoriais que persistem até a atualidade com a mesma lógica de exploração desenfreada de seus recursos (Carvalho, 2015; Nascimento e Cioni, 2023).

Os resultados desta pesquisa revelaram a presença física de vestígios arqueológicos, biológicos e culturais, e têm proporcionado a produção de estudos e cartografias que evidenciam camadas diversas da geomorfologia, biologia, história e morfologias de diferentes territórios corpotempo. A pesquisa contribui para os estudos a respeito das interações entre os seres vivos, o território e a natureza, evidenciando os processos integrativos e de cultivos pré-coloniais versus destrutivo e produtivo coloniais.

A desconstrução de narrativas dominantes permite ao indivíduo o reconhecimento da diversidade cultural e paisagística presente nos contextos estudados e em outros, pelo reconhecimento da importância vital de publicizar a memória coletiva e vestígios das culturas dos povos originários, de integrar os princípios da decolonialidade e de defender os direitos da natureza como parte integrante de qualquer discussão sobre ocupação urbana e territorial, tornando assim, a tríade sujeito-natureza-território substancial para qualquer pesquisa deste cunho.

5. Bibliografía

ACOSTA, Alberto. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante.

BRAUDEL, Fernand. (2009). *History and the Social Sciences: The Longue Durée*. *Review*, 32(2), 179-180. Immanuel Wallerstein, trans.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila. (2015). *Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

DUARTE, Fábio Bonfim. (2016). *Diversidade linguística no Brasil: a situação das línguas ameríndias*. *Caletrosκόpio*, 4(Especial). Recuperado de <https://periodicos.ufop.br/caletroscoPIO/article/view/3665>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FELLET, João. (2018). *Antes dos portugueses, SP teve floresta tropical, Cerrado e mini-Pantanal*. Entrevista com o paisagista Ricardo Cardim para a BBC Brasil, 24 fev. 2018. Recuperado de <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/antes-dos-portugueses-sp-teve-floresta-tropical-cerrado-e-mini-pantanal,2ca9df61c85d58b11eb4aa2b2c07f06e3xowxu4u.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FONSECA, Cláudia Damasceno. (2012). *Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas*. In *Dossiê - Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia*. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 20(1). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/5tXmvsqSPhZPvmKps77VRbh/?lang=pt>. Acesso em: XX. 2024.

FURTADO, Celso. (2007). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

FREYRE, Gilberto. (1982). *Rurbanização: que é?* Recife: Editora Massangana.

GUDYNAS, Eduardo. (2020). *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Editora Elefante.

IPHAN. *Banco de Dados do Patrimônio Arqueológico*. Recuperado de <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KRENAK, Ailton. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (1994). *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.) *Território, globalização e fragmentação* (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur.

NASCIMENTO, Adriana. (2011). *Territórios do Corpospaçotempo: quem planeja?* In XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Adriana et al. (2023). *Corpospaçotempo do abandono*. *PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 7(24), 294-311.

NASCIMENTO, Adriana et al. (2021). Urbanização, Caminhos e Iconografia: Recortes e Processos Mineiros. In Anais do 7º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação. Recuperado de www.even3.com.br/anais/arqedoc2021/395925-URBANIZACAO-CAMINHOS-E-ICONOGRAFIA--RE-CORTES-E-PROCESSOS-MINEIROS. Acesso em: 11 fev. 2022.

NASCIMENTO, Adriana; CARVALHO, M. F. D. A.; RIBEIRO, S. H. C. (2023). Cartografia dos Caminhos: Entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas. In M. L. Costa Vieira & A. E. M. P. Lopes (Orgs.), Povos indígenas citadinos e Políticas Públicas: Abordagem das políticas indigenistas no contexto urbano (1ª ed., pp. 78-94). Guarujá-SP: Científica Digital.

NASCIMENTO, Adriana; CIONI, Isabela F. (2023). Colonialidade persistente nos territórios mineradores: o espaço urbano e regional em Congonhas/MG. Anais, XX ENANPUR. Recuperado de <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-17.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

NASCIMENTO, A. G.; CIONI, I. F.; SOUZA, M. C. M.; SILVA, P. J. C.; BORGES, R. A. S.; RIBEIRO, S. H. C.; BRAZ, V. B. (2022). Campo-paisagem: transversalidades em debate. Revista Indisciplinar, 8, 356-393.

SANTOS, Milton. (1991). Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Edusp.

SCOLFORO, José Roberto; CARVALHO, Luis Marcelo Tavares de; OLIVEIRA, Antônio Donizette de (Eds.). (2008). Inventário florestal de Minas Gerais: monitoramento dos reflorestamentos e tendências da produção em volume, peso de matéria seca e carbono, 2005-2007. Lavras: Ed. UFLA.

SERRES, Michel. (1990). O Contrato Natural. Lisboa: Instituto Piaget.

SILVA, Paulo Jarbas Cardoso da. (2023). Árvore Sujeito e as Escolas Rurais no Município de Serranos - MG. Dissertação de Mestrado, PIPAUS/UFSJ. São João del-Rei. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1P3L3Qh7cYZwtysIFDKvNEIPFnG6SkNT7/view>. Acesso em: 05 mar. 2024.

XVI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo / Cristina Araujo Lima... [et al.] ; Contribuciones de Josefina Dámaris Gutiérrez ; Compilación de Mónica S. Martínez. - 1a ed compendiada. - Córdoba : Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba ; Cataluña : Universitat Politècnica de Catalunya, 2024.
Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-987-8486-61-1

1. Urbanismo. I. Araujo Lima, Cristina II. Gutiérrez, Josefina Dámaris, colab. III. Martínez, Mónica S., comp.

CDD 711.007